
Reunião de Lula sobre MP das bets termina sem texto publicado

iGBRASIL

Notícias · Utilidades · Recursos para operadores de iGaming

Última Hora · Estratégico

Reunião de Lula sobre MP das bets termina sem texto publicado

Executivo discute proibir cassino online e já avalia devolver parte das outorgas de R\$ 30 milhões; nada foi ao Diário Oficial até a noite desta quarta.

Por Redação iGBRASIL, Redação

Publicado em 23/09/2026 às 20h02

· 5 min de leitura

Por que importa

Enquanto a MP não for publicada no DOU, nada é exigível: a Lei 14.790/2023 e as normas da SPA/MF seguem integralmente vigentes.

A hipótese de proibição do cassino online coloca em discussão a devolução proporcional da outorga de R\$ 30 milhões, que não cobre investimento nem contratos já firmados.

Contratos de mídia, patrocínio e roadmap de produto precisam de cláusula e cenário de contingência antes da publicação, não depois.

Reunião de Lula sobre MP das bets termina sem texto publicado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu ministros nesta quarta-feira (23) para discutir a medida provisória que restringe o setor de apostas, e até o fechamento desta apuração, na noite do mesmo dia, nenhum texto havia sido publicado no Diário Oficial da União. Para operadores autorizados, provedores de cassino e times de mídia, isso significa que não há obrigação nova em vigor — e que o prazo de adequação só será conhecido quando a MP sair.

A informação sobre a reunião foi publicada por Metrôpoles e iGaming Brazil nesta data. Se houve decisão no encontro, e se de fato existem dois textos alternativos em avaliação — um focado em restrição de publicidade, outro na proibição do cassino online —, são pontos de bastidor sem confirmação oficial. Não há, até agora, declaração atribuível da Fazenda, da SPA ou da Casa Civil sobre o conteúdo da medida.

O que já se sabe do desenho

O recorte do conteúdo em discussão — cassino online restringido, aposta esportiva preservada — já foi detalhado pelo iGBRASIL na cobertura de que a MP anti-bets mira cassino online e poupa aposta esportiva e no registro de que o governo prepara MP para restringir bets sem texto publicado. O que é novo hoje é a janela de decisão presidencial e a discussão sobre o passivo financeiro da medida.

O Executivo já trabalha internamente com a necessidade de devolver parte das outorgas pagas pelas autorizadas caso a proibição do cassino online seja adotada. A autorização custa R\$ 30 milhões e vale por cinco anos; a hipótese em análise é de devolução proporcional ao período não usufruído, segundo reportagens de Yogonet Brasil e iGaming Business Brasil de 18 de setembro, baseadas em apuração do Estadão.

A conta que o governo teria de pagar

ItemValorOrigem

Outorga por autorização (5 anos)R\$ 30 milhõesYogonet Brasil e iGaming Business Brasil, 18/09

Arrecadação de outorgas no 1º cicloR\$ 2,01 bilhões, com 66 empresas autorizadas em janeiro de 2025Lance/Ministério da Fazenda, 02/01/2025

Ressarcimento estimado de licençasR\$ 2,5 bilhõesiGaming Brazil, 23/09 — sem confirmação da Fazenda

Reunião de Lula sobre MP das bets termina sem texto publicado

Impacto fiscal estimado de um veto R\$ 16 bilhões, dos quais R\$ 9,95 bi em tributos e R\$ 4,43 bi de contribuição social iGaming Business Brasil, setembro/2026

Valores em discussão na hipótese de proibição do cassino online

Os R\$ 2,5 bilhões de ressarcimento não têm memória de cálculo pública. A base histórica mais sólida é a arrecadação do primeiro ciclo de autorizações. A quantidade exata de autorizadas hoje também precisa de checagem na lista oficial da SPA/MF: a referência de 188 empresas que circula no mercado vem de veículo de afiliados, não do gov.br.

ANJL quantifica o mercado ilegal

A Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL) divulgou nesta quarta um estudo que identificou 6.409 domínios de apostas ilegais plenamente acessíveis em uma semana de monitoramento, entre 11 e 18 de setembro. A entidade projeta que a participação do mercado ilegal chegaria a 82% em caso de proibição do cassino online, segundo Yogonet International.

Ressalva de apuração

O número de "355 domínios ilegais para cada autorizado", que estampou manchetes de Poder360, Jornal GGN e bnldata, não foi possível reconciliar com o dado do próprio estudo: 6.409 domínios ativos em uma semana divididos pelo número de operadores autorizados não resulta em 355.

A base de cálculo precisa ser confirmada com a ANJL antes de qualquer uso em apresentação, pleito ou nota pública.

A citação atribuída a Plínio Lemos Jorge, presidente da ANJL, circulou apenas em trecho parcial; a apuração não obteve a fala completa em fonte primária.

A MP tangencia instrumentos já em vigor contra o mercado ilegal: o Decreto 13.033/2026, assinado em 19 de junho, que trata de bloqueio de recursos e perdimento de bens de bets ilegais, e o acordo SPA–Anatel de bloqueio de domínios, em vigor desde outubro de 2024. O balanço atribuído à SPA que aponta 66 mil domínios bloqueados dá a ordem de grandeza do esforço já em curso.

Quem sente primeiro

Operadores com receita relevante em cassino online: risco de perda de linha de produto, com contrapartida incerta — devolução proporcional de outorga não equivale a indenização por

Reunião de Lula sobre MP das bets termina sem texto publicado

investimento e contratos.

Provedores de slots e cassino ao vivo e agregadores: roadmap e certificação podem perder objeto, como discutido em o que entra, sai e quem recertifica no portfólio de slots.

Marketing e patrocínio esportivo: a hipótese de restrição publicitária afeta contratos de temporada e planos de Copa.

Financeiro e tesouraria: transição encurtada muda projeção de receita e a amortização da outorga já paga.

O que fazer antes da publicação

Mapear, por operação, o percentual de GGR vindo de cassino online e o valor contábil da outorga já amortizado — é a base de qualquer pleito de devolução proporcional ou de judicialização.

Preparar cenário de contingência de 24 horas para campanhas e patrocínios com cláusula regulatória, revisando gatilhos contratuais com clubes, emissoras e afiliados.

Monitorar o DOU, incluindo edições extras: a MP tem eficácia imediata na publicação, e o prazo de adequação só será conhecido no texto.

Não antecipar mudança de produto com base em notícia. Nada é exigível antes da publicação.

Também seguem em aberto o prazo de transição, o tratamento de saldos de jogadores e o destino das certificações já emitidas. Enquanto isso, o calendário de obrigações da SPA/MF que sustenta a licença continua correndo normalmente, sem qualquer suspensão.

Acompanhe a publicação da MP

Receba o alerta do iGBRASIL assim que o texto for ao Diário Oficial, com o prazo de adequação e o recorte de produto destrinchados no mesmo dia. Para receber a análise do que muda para operadores, assine a newsletter do iGBRASIL.

Assuntos:

ANJL · Cassino online · Lei 14.790/2023 · Mercado ilegal · MP das bets · SPA/MF

Reunião de Lula sobre MP das bets termina sem texto publicado

Fonte original:

<https://igbrasil.com/noticias/ultima-hora/reuniao-de-lula-sobre-mp-das-bets-termina-sem-text-o-publicado>

Documento gerado em 23/09/2026 às 22h42.

Reprodução permitida mediante citação da fonte e link para o endereço acima.

© 2026 iGBRASIL. Conteúdo destinado a maiores de 18 anos.

iGBRASIL